

## O CENTRO DE PROTECÇÃO INTEGRADA DOS PRODUTOS ARMAZENADOS: 1951-2010 SEIS DÉCADAS DE EXISTÊNCIA, HISTÓRIA E ACTIVIDADE

MARIA OTÍLIA DE CARVALHO, ANA MAGRO,  
ANTÓNIO BARBOSA E GRAÇA BARROS  
CENTRO DE PROTECÇÃO INTEGRADA DOS  
PRODUTOS ARMAZENADOS

### Síntese Histórica

No Verão de 1951, por despacho do então Ministro do Ultramar, comandante Sarmento Rodrigues, foram encarregados o **Prof. Carlos Manuel Baeta Neves**, do Instituto Superior de Agronomia, e os **Engenheiros Agrónomos, Joaquim Pedro Pereira Amaro e Jorge Paulo Cancela da Fonseca**, de estudar os prejuízos causados pelos insectos no amendoim importado da Guiné e os respectivos meios de combate.

“Os trabalhos começaram no primeiro dia de Agosto de 1951 com a elaboração de planos e a aquisição de material. Três dias depois já se visitavam as instalações industriais da Companhia União Fabril, no Barreiro, e um dos barcos de carga da carreira da Guiné” (FONSECA, 1953).

Iniciou-se, assim, em Portugal, uma nova fase nos estudos da entomologia agrícola e florestal: a dos produtos alimentares e industriais, armazenados, *de origem ultramarina*, com a criação, no ano seguinte (1952), também por despacho ministerial, da **Comissão de Estudos Acerca da Defesa Fitossanitária dos Produtos Agrícolas e Florestais de Origem Ultramarina**, constituída pelo Prof. Baeta Neves e pelos Engenheiros agrónomos, Pedro Amaro, Cancela da Fonseca e Maria Evangelina Gonçalves Moreno.

Esta Comissão foi encarregada de estudar os prejuízos causados pelos insectos no amendoim armazenado na Guiné de que resultou a publicação de diversos trabalhos (NEVES *et al.*, 1953 e 1954; NEVES, FONSECA, 1955).

Na altura verificou-se que o “bicho-preto-da-mancarra” (*Pachymerus acaciae*) era o principal insecto destruidor do amendoim armazenado na Guiné e calculou-se em cerca de 15 000 000\$00 (à data cerca de 74.820 euros) o valor dos prejuízos, causados por insectos e fungos, para o ano de 1951.

Em 1954, aquela Comissão de estudos passou a adoptar a designação de **Brigada de Estudos da Defesa Fitossanitária dos Produtos Ultramarinos (BEDFPU)** e intensificou a sua actividade em relação aos problemas fitossanitários dos produtos armazenados originários das antigas colónias portuguesas. Este núcleo de investigação foi reforçado com a colaboração, em 1954, do Engenheiro silvicultor Artur Soares de Gouveia e, em 1957, do Engenheiro agrónomo Amílcar Cabral.

Como resultado da reorganização da Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JICU) em 1973, a BEDFPU passou a designar-se **Centro de Estudos da Defesa Fitossanitária dos Produtos Ultramarinos (CEDFPU)** continuando a ser seu Director o Prof. Baeta Neves, lugar que ocupou até 1979.

Em 1973, foi publicado o Decreto-Lei nº. 583/73 que reorganiza e define as competências da JICU e as actividades do CEDFPU. Em consequência da extinção do Ministério do Ultramar, o CEDFPU foi integrado, em 1976, no Ministério da Educação e Investigação Científica.

Com a promulgação do Decreto-Lei nº. 105/82, de 8 de Abril, foi criado o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), em substituição da JICU, e do Decreto-Lei nº. 160/83, de 19 de Abril, do Ministério da Educação, foi regulamentado o funcionamen-



Em primeiro plano, da esquerda para a direita, o Engº Agrónomo Pedro Amaro, Engº Silvicultor Soares de Gouveia e Engº Agrónomo Amílcar Cabral. Em segundo plano, à esquerda, Engºs Agrónomos Sardesai e Cancela da Fonseca. IICT

